



FACULDADE METROPOLITANA NORTE RIOGRANDENSE
(FAMEN)

PLANO DE AÇÃO COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO
CPA

2025

RIO GRANDE DO NORTE

A atual composição da Comissão Própria de Avaliação - CPA

Amélia Catarina Batista Tavares - Representante do corpo Técnico Administrativo

Jaqueline Aparecida Morais Alves - Representante Docente

Francisco Ramos dos Santos Filho - Representante Discente

Rita de Cassia Silva - Representante da Comunidade

1. INTRODUÇÃO

A avaliação institucional é um processo que serve para proporcionar uma base racional, objetiva e equânime para decisões administrativas objetivando o desenvolvimento da IES.

O propósito central da Autoavaliação da Avaliação Institucional, objeto deste relatório é a melhoria da qualidade. Nessa perspectiva, o plano de ação da CPA engloba docentes, discentes e funcionários técnico-administrativos.

A metodologia de aplicação dos questionários, preenchidos on-line, utilizando a Internet como meio, o que propiciou, entre outras, as seguintes vantagens:

- velocidade na coleta e no processamento dos dados;
- maior confiabilidade e fidedignidade dos dados;
- maior benefício com menor custo de operação;
- maior comodidade do usuário;
- não constrangimento do avaliador em poder expressar a sua opinião, entre outros.

O relatório que se segue versará sobre a análise dos dados e os resultados deles decorrentes para o diagnóstico desejado, fazendo-se ainda uma comparação com as avaliações anteriores.

O processo de avaliação institucional, especialmente por meio do relatório de credenciamento e da análise consolidada dos eixos, evidencia que a melhoria contínua da qualidade acadêmica e administrativa depende de ações planejadas e articuladas. As fragilidades apontadas reforçam a necessidade de intervenções que não apenas corrijam as deficiências atuais, mas também projetam a instituição para um futuro sustentável e inovador. Nesse contexto, as ações propostas a seguir buscam alinhar a Faculdade às diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), fortalecendo sua missão social, acadêmica e institucional.

Essas propostas contemplam dimensões fundamentais como ensino, pesquisa, extensão, gestão, infraestrutura, tecnologia, sustentabilidade e internacionalização, de modo a criar um ciclo virtuoso de desenvolvimento. Assim, as cinco sugestões apresentadas constituem um plano integrado de transformação institucional, orientado por evidências e pela necessidade de garantir à comunidade acadêmica uma formação de excelência, comprometida com a inovação e a responsabilidade social.

1.1. OBJETIVOS DO PLANO DE AÇÃO

O plano de ação tem como objetivo geral de organizar a avaliação institucional englobando os aspectos: da gestão acadêmica, administrativa e financeira da Instituição com vistas à busca da melhoria contínua na qualidade do ensino e da Instituição.

Para tanto, os seguintes objetivos específicos são cumpridos:

- Conscientização da comunidade acadêmica sobre a necessidade e benefícios da participação na autoavaliação;
- Desenvolvimento e aplicação do questionário de autoavaliação;
- Análise crítica de resultados visando identificação de pontos fortes e fragilidades;
- Desenvolvimento de plano de ação para saneamento das fragilidades identificadas;
- Acompanhamento da realização das ações;
- *Feedback* a comunidade acadêmica com relação à avaliação e ações de correção.

1.2. FASES

O Projeto de Autoavaliação da IES disponibiliza indicadores para a revisão de ações e redirecionamento das estratégias de atuação da Instituição. É uma ferramenta para o planejamento e gestão institucional, instrumento este de acompanhamento contínuo do desempenho acadêmico e do processo sistemático de informações à sociedade.

As ações da Comissão Própria de Avaliação (CPA) contemplam as seguintes fases:

- a. Sensibilização da comunidade acadêmica para relevância dos processos;
- b. Autoavaliação pela Faculdade, com a formação de diversas óticas, instrumentos, documentos, análises e debates, propondo sempre melhorias;
- c. Construção, conjunta às diversas áreas, dos projetos pedagógicos e institucionais;
- d. Treinamento, com a proposta, elaboração e execução de oficinas para treinamento e desenvolvimento;
- e. Difusão, em diversos momentos das propostas, dos objetivos, resultados e análises dos diversos processos avaliativos internos e externos, oficiais ou não;
- f. Reavaliação dos métodos, processos e resultados e o re-planejamento das ações para os períodos subsequentes.

Diversas formas de aferição foram utilizadas, como:

- a. Comparação e acompanhamento periódico das metas, resultados e processos, inclusive para subsidiar o re-planejamento dos processos avaliativos e do PDI;
- b. Questionários quantitativos, com análise de variáveis (coleta de dados) por medidas de dispersão-média e mediana, tendo como unidade padrão à média aritmética da Faculdade;
- c. Questionários qualitativos, com análise de conteúdo;
- d. Pesquisa legal, para acompanhar as diretrizes educacionais;
- e. Pesquisa a órgãos e outras fontes para identificar necessidades mercadológicas e mudanças;

- f. Análise documental e acesso e construção de banco de dados internos, com objetivo de sistematizar e analisar as informações;
- g. Análises por curso, propondo melhorias e ajustes.

Para condução destes processos foram realizadas atividades, entre elas encontros, debates e fóruns, pois a Faculdade buscou, por meio do diálogo e da construção, viabilizar as suas ações.

Os resultados do processo de autoavaliação são encaminhados à instância superior da Faculdade, a quem compete a (re) definição e implementação das políticas acadêmicas que o processo avaliativo sugerir. Os resultados da avaliação subsidiam as ações internas e a (re) formulação do Plano de Desenvolvimento Institucional e do Projeto Pedagógico Institucional.

O conhecimento gerado pelo processo de autoavaliação é disponibilizado à comunidade acadêmica, aos avaliadores externos e a sociedade com a finalidade clara de priorizar ações de curto, médio e longo prazo, planejar de modo compartilhado e estabelecer etapas para alcançar metas simples ou mais complexas que comprometam a Instituição para o futuro.

Os relatórios gerados servem para que a Instituição identifique as potencialidades e as dificuldades envolvendo-se num processo de reflexão sobre as causas das situações positivas e negativas, assumindo assim a direção efetiva de sua gestão política, acadêmica e científica. O conhecimento das estratégias adequadas norteará as decisões no sentido de disseminá-las, generalizando o sucesso. Por outro lado, as formas de ação que não apresentarem resultados satisfatórios serão modificadas, buscando-se alternativas para introdução de novos caminhos.

2. PLANO DE AÇÃO

O Plano de Ação planeja o processo da Autoavaliação Institucional, é aplicado de forma contínua e integrada, garantindo a efetividade do processo e do alcance de suas metas e objetivos, durante o desenvolvimento das ações e atividades da avaliação da instituição que é um dos instrumentos centrais do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. A Comissão Própria de Avaliação (CPA), responsável pela condução e articulação do processo de avaliação interna

O Plano de Ação do ano de 2025, contempla dois semestres letivos, a avaliação é voltada para as questões pedagógicas, gestão e infraestrutura. Tem também como objetivo avaliar as atividades e eventos promovidos pelos cursos e o trabalho realizado e os instrumentos utilizados pela CPA.

A coleta dos dados a partir das respostas aos questionários, das reuniões para análise e quantificação de dados e indicativos dos setores, terá como referência as dimensões do SINAES, considerando suas análises qualitativas e quantitativas, bem como o diagnóstico de suas potencialidades e fragilidades. Espera-se, com a implantação desse processo de avaliação continuar apresentando para a direção da IES, uma análise do seu desempenho em todos os seus níveis e aspectos.

As reuniões ordinárias da CPA ocorrem bimestralmente, as 14 horas, com duração máxima de duas horas. A pauta é enviada previamente aos membros da CPA com antecedência mínima de uma semana. As ações operacionalizadas no período anterior são relatadas e avaliadas; as ações para o próximo período são propostas, discutidas e, eventualmente, ajustadas. Uma ata é elaborada e assinada por todos os presentes.

Na Tabela abaixo apresenta-se o cronograma de ações de 2025.1.

Ação	Mês
Analisar dos resultados do exercício anterior	Janeiro
Elaborar do Relatório Anual	Fevereiro
Realizar levantamento junto aos coordenadores de cursos sobre as Atividades/eventos a serem realizadas pelos respectivos cursos	Fevereiro
Socializar dos Resultados	Março
Fazer levantamento dos projetos sociais a serem implantados junto à comunidade	Abril
Buscar estratégias para divulgação da avaliação institucional	Abril
Aplicação da Avaliação Semestral dos Docentes	Maior
Verificar se as sugestões foram implantadas	Junho

Na Tabela abaixo apresenta-se o cronograma de ações de 2025.2.

Ação	Mês
Realizar reuniões de grupos e /ou de segmentos institucionais para análise das dimensões institucionais (SINAES)	agosto
Analisar feedbacks e avaliações externas	Setembro
Socializar dos Resultados	Setembro
Criar ações de estímulo para a participação da comunidade acadêmica no processo de autoavaliação institucional	Outubro
Aplicação da Avaliação Semestral dos Docentes	Outubro
Aplicar do questionário da Avaliação institucional	Novembro
Analisar os dados coletados no ano de 2024	Dezembro

2.1. Sugestões de ações para 2025

Ações a serem desenvolvidas no decorrer do ano de 2025:

Ação	Aspecto observado	Proposta de melhoria:
Apoio Acadêmico e Psicopedagógico ao Discente	Há fragilidades no acompanhamento dos estudantes e ausência de uma política estruturada de egressos.	<ul style="list-style-type: none"> • Criar programas de nivelamento em leitura, escrita e matemática. • Implantar acompanhamento psicopedagógico e tutoria de carreira. • Instituir pesquisa anual de egressos para
Qualificação da Gestão e Participação da Comunidade Acadêmica	O relatório aponta fragilidades na participação da comunidade acadêmica no CONSUP e limitações na efetivação das políticas de gestão.	<ul style="list-style-type: none"> • Regulamentar e ampliar a participação de discentes e técnicos-administrativos nos órgãos colegiados. • Oferecer capacitação em gestão acadêmica e financeira para gestores de curso e membros de conselhos. • Fortalecer os canais de comunicação interna e externa, garantindo maior transparência nos resultados da CPA e decisões institucionais.
Manutenção Patrimonial e Infraestrutura Física	Ausência de plano de manutenção preventiva das instalações físicas e laboratórios.	<ul style="list-style-type: none"> • Criar e implementar um plano de manutenção patrimonial anual. • Garantir acessibilidade plena em salas, laboratórios e sanitários. • Modernizar mobiliário e equipamentos, assegurando condições adequadas de uso.
Investimento em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)	O PDI não contempla plano robusto de expansão tecnológica.	<ul style="list-style-type: none"> • Renovar gradualmente o parque computacional e laboratórios de informática. • Ampliar bases de dados digitais e biblioteca online. • Integrar sistemas acadêmicos e administrativos, assegurando acessibilidade digital.

i. Confeção do Relatório Parcial/Final												
j. Elaboração do Plano de Ação Parcial/Final												
k. Reunião com os Dirigentes para Feedback												
l. Submissão ao MEC/INEP												

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A autoavaliação da IES acontece anualmente, de acordo com as etapas apresentadas e tendo como foco estratégico as 10 (dez) dimensões sugeridas no Sistema SINAES, sendo elas: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI; Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão; Responsabilidade Social da Instituição; Comunicação com a Sociedade; Estratégia de comunicação interna e externa; Políticas de Pessoal; Organização e Gestão da Instituição; Infraestrutura Física; Planejamento e Avaliação; Política de Atendimento aos Discentes e Sustentabilidade Financeira.

Os dados da Avaliação Institucional orientam as ações de melhoria e readequação do planejamento, destacando os pontos a serem trabalhados, tendo-se como base as políticas estabelecidas.

A autoavaliação da Faculdade reflete seu compromisso com a sociedade em geral e com as mudanças do mundo moderno, no sentido de incrementar ações que propiciem novas realidades.

A melhoria contínua da instituição exige a consolidação da extensão universitária, integrando-a de forma efetiva aos Projetos Pedagógicos de Curso, garantindo os 10% de carga horária obrigatória e ampliando o impacto social por meio de editais anuais e eventos de socialização. De igual modo, a expansão da pesquisa e da iniciação científica se faz necessária, estruturando grupos de investigação, promovendo editais internos e estimulando publicações e participação em eventos. As políticas de ensino precisam ser fortalecidas, com atualização periódica dos PPCs, maior uso de metodologias ativas e avaliações coerentes com o perfil do egresso, assegurando práticas pedagógicas inovadoras.

No campo da permanência estudantil, destaca-se a importância do apoio acadêmico e psicopedagógico, com programas de nivelamento, tutoria de carreira e a criação de uma política de acompanhamento de egressos que retroalimente os cursos. A gestão também carece de aprimoramento, sendo necessário regulamentar a participação da comunidade acadêmica nos

colegiados, oferecer capacitação em gestão acadêmica e financeira e fortalecer a comunicação institucional, garantindo transparência e maior engajamento.

A infraestrutura física demanda atenção, com a implantação de um plano de manutenção patrimonial que contemple salas, laboratórios e sanitários, assegurando acessibilidade e modernização dos equipamentos. Paralelamente, os investimentos em tecnologias da informação e comunicação precisam ser priorizados, com renovação do parque tecnológico, ampliação das bases digitais e integração dos sistemas acadêmicos. Outro aspecto relevante refere-se à internacionalização acadêmica, que deve ser inserida no PDI por meio de convênios com instituições estrangeiras, mobilidade virtual e disciplinas em língua estrangeira.

Por fim, a sustentabilidade e a avaliação docente constituem eixos estratégicos. É necessário implantar uma política institucional de sustentabilidade, com ações de eficiência energética, coleta seletiva e campanhas de educação ambiental. Ao mesmo tempo, a avaliação docente deve ser fortalecida com instrumentos padronizados, devolutivas rápidas e oferta de capacitações pedagógicas, assegurando a melhoria contínua da prática de ensino.